

ENTREVISTA

“Gênero e sexualidade na educação escolar”

Entrevistado: André de Freitas Dutra - Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2016), possui mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2010) e graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2000). Atua principalmente nos seguintes temas: educação, TICs, computador no ensino, formação de professores, história e filosofia da educação, gênero e educação. Entre 2014 e 2016, compôs a equipe de formadores de educadores da Diretoria Regional de Educação do Butantã, no município de São Paulo. De 2016 a 2017, foi coordenador de Polo presencial da UniCEU. Atualmente, compõe a equipe de formação continuada de educadores da Diretoria Regional de Educação do Campo Limpo, na cidade de São Paulo, atuando na formação continuada de professores de História e ponto focal sobre o tema de gênero e diversidade. **Vínculo institucional:** Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo (SME-SP) e Universidade Rose-Croix Internacional (URCI).

Dialogia: De forma breve, destaque o seu percurso acadêmico/profissional apontando o porquê de pesquisar sobre gênero e sexualidade.

André de Freitas Dutra: Tenho pesquisado desde o mestrado uma história da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo, e foi no doutorado que me debrucei sobre a questão de gênero, mesmo que de uma forma não intencional, num primeiro momento. Quando realizei a pesquisa para a tese “Memórias de educadoras sobre a gestão de Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação”, tinha por objetivo investigar aspectos relacionados à concepção de democracia das professoras e outros relatos nesses termos. Entretanto, não era possível abrir mão de analisar os temas relacionados a gênero, que foram trazidos pelas educadoras. Trata-se de um elemento constituinte da identidade humana e que, no caso da identidade profissional, é bastante importante. Lembrando que a educação é uma profissão essencialmente feminina, isso significa que operamos com o conceito de gênero a todo momento, mesmo que inconscientemente, quando nos debruçamos sobre as questões de educação. Atualmente, atuo na formação continuada de educadores que lecionam nas escolas municipais de São Paulo, mais precisamente, numa grande região periférica que é o Campo Limpo. Entre minhas atribuições está o acompanhamento em relação às temáticas de gênero e diversidade da qual sou ponto focal na Diretoria Regional.

Dialogia: Qual o seu entendimento e quais as descobertas como pesquisador sobre as questões referentes ao gênero e sexualidade?

André de Freitas Dutra: Dentro das minhas pesquisas, acredito que a principal descoberta é que não é possível investigar temas da educação sem levar em conta gênero, enquanto um dispositivo quase que onipresente nas relações que ocorrem na escola. Quando iniciei minha pesquisa, buscava refletir sobre a memória das educadoras em relação a temas como a democracia na escola, durante os anos em que Paulo Freire foi secretário de educação na cidade de São Paulo. Foi escolhido na ocasião a história oral de vida. Isso significa que as entrevistadas tiveram a liberdade de abordar

André de Freitas Dutra

várias dimensões de suas vidas, como a escolha pelo magistério e outros assuntos que julgassem importantes. Entretanto, os relatos das educadoras, apesar de trazerem elementos bastante significativos sobre o que eu queria pesquisar inicialmente, também apresentaram dados relevantes que não estavam na minha pergunta de pesquisa, mas que não poderiam ser deixados de lado. Pode-se dizer que as questões de gênero, de alguma forma, “gritavam” para a pesquisa. O que as educadoras entrevistadas disseram podia ser resumido como uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade durante os anos em que vigorou a ditadura civil-militar. O perfil das entrevistadas era de mulheres que, durante os anos 60 e 70, estavam entrando na carreira docente. Muitas delas trouxeram depoimentos sobre como ocorreu a escolha pela profissão docente naqueles anos de arbítrio. Para muitas delas, a opção pelo magistério era a única possibilidade de continuar estudando. Há quem escolheu o magistério para poder casar e também quem teve que pedir “atestado de pobreza”, que funcionou como uma espécie de autorização na delegacia, para estudar. Ainda, uma das entrevistadas tinha desejo por outra carreira, mas uma espécie de barreira de gênero impediu seu prosseguimento. Assim, de um modo ou de outro, a carreira do magistério era um dos poucos meios que aquelas mulheres tiveram para trabalhar e ocupar um local na sociedade. Há um outro ramo de pesquisa nessa temática, que é importante salientar, que diz respeito às aprendizagens. Quando falamos da relação professor-aluno, estamos nos referindo, mesmo que inconscientemente, a relações de gênero. Nesse sentido, a escola é um dos lugares mais importantes como constituidores de identidades e devemos ter em mente que muitos problemas de aprendizagem estão relacionados às temáticas de gênero e sexualidade.

Dialogia: Que avanços são sinalizados por pesquisas e/ou diretrizes nacionais e internacionais quanto ao incentivo de ações pedagógicas que estimulem e promovam o debate sobre as questões de gênero e sexualidade?

André de Freitas Dutra: Gênero e sexualidade são um assunto multifacetado, pois há várias abordagens distintas que podem ocorrer sobre essas temáticas e que podem ter abrangência em qualquer campo das relações humanas. Assim, podemos estar falando sobre aprendizagem de meninos e meninas, sobre a equidade entre homens e mulheres, ou abordando a discriminação contra a população LGBTQIA+. Vendo dessa forma, podemos destacar, como um avanço, a própria presença cada vez mais crescente de pesquisas sobre gênero e sexualidade nos congressos sobre educação e nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Tem-se, nas últimas duas décadas, verificado uma grande presença desse tema nas pesquisas desenvolvidas. Elas tratam, principalmente, das questões relacionadas ao exercício docente pelas mulheres. Ou seja, são reflexões sobre o fato de o magistério ser uma profissão essencialmente feminina e como as mulheres se apropriam desse campo como um espaço de cidadania. Sobre aprendizagem, há estudos que buscam investigar como ocorre o processo de construção de identidade e o aproveitamento escolar das e dos estudantes. Nesse ponto de vista, é importante salientar que são, hegemonicamente, os meninos aqueles que mais apresentam algum tipo de conflito com a escola, seja por meio de situações de indisciplina, evasão e reprovação escolar. Muito importante, também, é lembrar que pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ são, muitas vezes, levadas a uma evasão dos bancos escolares. Vemos que é clara a relação entre gênero e sexualidade e a garantia do direito à educação.

André de Freitas Dutra

Dialogia: Qual deveria ser o papel das instituições educacionais para a promoção do debate sobre gênero e sexualidade? Como os pesquisadores da temática podem contribuir nesse processo?

André de Freitas Dutra: Quando falamos de gênero, estamos nos reportando a um elemento muito importante da constituição das identidades. Na educação básica, estamos lidando com crianças e jovens que estão constituindo seus valores e a forma como veem o mundo e a si próprios. Assim posto, encontramos duas dimensões de que precisamos dar conta enquanto educadoras e educadores. Uma delas se refere ao direito das e dos estudantes. Todas e todos que estão nas unidades de ensino merecem respeito e ser tratadas e tratados com dignidade. Aquela criança ou jovem que não se encaixa nos padrões hegemônicos da sociedade tem os mesmos direitos que qualquer outra, ou outro, estudante e isso deve ser garantido. É preciso se atentar que a escola está entre os primeiros lugares em que pessoas homossexuais sofrem algum tipo de discriminação. Parte significativa das pessoas trans não consegue terminar seus estudos por conta de encontrar na escola um ambiente hostil a elas. Justamente essa evasão escolar é um dos fatores condicionantes para a marginalização social a que muitas pessoas trans estão submetidas na vida adulta. Se a nossa sociedade é machista e homofóbica, muito disso é reproduzido na escola. Então, a primeira tarefa para as instituições de ensino é estarem abertas a debater e estudar, com suas e seus profissionais de ensino, a importância das temáticas de gênero para o ensino, o que isso envolve na aprendizagem e, antes de tudo, o respeito à pessoa humana, independentemente de gênero, classe social, raça e etnia.

Dialogia: No atual cenário político, considerando a diversidade e a necessidade de uma escola para todos, quais as principais ações ou encaminhamentos a serem desenvolvidos e que recursos poderiam ser utilizados para que as questões sobre gênero e sexualidade possam ser discutidas de forma abrangente?

André de Freitas Dutra: De fato, nos últimos anos, houve um cenário político, no qual ocorreram alguns episódios de perseguições a educadoras e educadores que tentaram abordar temas de gênero e sexualidade em suas aulas. Entretanto, é preciso lembrar que deixar de abordar esse tema é descumprir nosso papel enquanto educadoras e educadores, e isso está amparado em uma ampla base legal. Tanto a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outras leis garantem a “liberdade de aprender e ensinar”. Os textos legislativos, ainda, sinalizam que a escola deve trabalhar conteúdos que apontam para a igualdade de gênero e para o respeito à diversidade. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica estipulam que “questões de gênero” devam ser discutidas na construção dos projetos político-pedagógicos (PPPs) das unidades de ensino (art. 43). O Plano Nacional de Educação (2014) prevê, em seu segundo artigo, o combate a “todas as formas de discriminação”. A própria BNCC, que foi gravemente alvo de grupos conservadores em sua escrita, aponta, em sua concepção de educação integral, o “respeito às diversidades”. Também a Lei nº 11.340/06 (Maria da Penha) determina que os currículos escolares, em qualquer nível, desenvolvam conteúdos que abordem a equidade de gênero e o problema da violência contra a mulher. A promoção de políticas que diminuam a desigualdade, que garantam a equidade, o respeito à diversidade e que combatam a evasão é tônica de todos esses documentos e só pode ser cumprida abordando gênero como assunto escolar. Cabe ainda lembrar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, que são metas que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou e das quais o Brasil é um dos signatários. Esse acordo aponta que o país deve estabelecer políticas que promovam a igualdade de gênero e uma educação de qualidade que abarque a diversidade. O que apresentei aqui é só uma parte do arcabouço legal que discute a questão. Ao deixar de abordar gênero em nossas ações pedagógicas, estamos incorrendo em um desrespeito à legislação, e quem tenta impedir essa discussão na escola está indo contra a lei. Então,

André de Freitas Dutra

se há uma série de documentos legais que amparam a abordagem de gênero e sexualidade nas escolas, as educadoras e educadores não precisam se sentir intimidados. Existem algumas iniciativas que visam ajudar professoras e professores a se defender em caso de sofrerem algum tipo de assédio. É o caso do “Manual de defesa contra censura nas escolas”, que foi elaborado por cerca de oitenta entidades do campo educacional e que apresenta, de forma bastante didática, quais estratégias podemos utilizar para nos defender em caso de assédio contra o direito de ensinar. Cabe, ainda, lembrar que esse debate deve fazer parte de projetos mais amplos da escola, estando presentes nos momentos de formação de educadoras e educadores, e das instâncias que envolvam a comunidade escolar. A ampla discussão sobre o tema fortalece os mecanismos de democracia escolar e legitima a discussão nas salas de aula. Além disso, momentos como esse funcionam como espaços de formação. Lembremos que a maioria das pessoas que exercem a função de lecionar no país tiveram poucas (ou nenhuma) oportunidades de aprender e refletir sobre o tema.

Dialogia: Quais os maiores desafios enfrentados para que as práticas voltadas às questões de gênero e sexualidade sejam efetivamente contempladas no âmbito das escolas públicas brasileiras?

André de Freitas Dutra: Os principais desafios são o desconhecimento e a falta de debates acerca do tema nas unidades de ensino. Muitos diriam também que é o preconceito e, de fato, muitas educadoras e educadores têm posicionamentos bastante problemáticos sobre o tema, buscando impor valores aos alunos que não cabem a um ambiente escolar que deve acolher e respeitar a todas e todos. Entretanto, para romper essa barreira, é preciso que a gestão escolar leve esse assunto a ser estudado e discutido nos momentos de formação continuada docente. Ainda temos, nas nossas escolas, muitas e muitos profissionais que não sabem a verdadeira dimensão das implicações das questões de gênero e sexualidade na vida escolar. É necessário instruir docentes de que não existe uma ideologia que quer mudar a sexualidade das crianças, mas que, ao contrário, estamos, justamente, lutando para que crianças e jovens encontrem nas escolas um ambiente que as ensine a respeitar e que sejam respeitadas em suas identidades.

Dialogia: Que tipo de formação deveria ocorrer para os professores e gestores escolares potencializando um trabalho pedagógico significativo em prol de uma formação de crianças e jovens mais autônomos, críticos, criativos e conscientes da necessidade de atuar como protagonistas em seu processo de aprendizagem, abarcando as questões de gênero e sexualidade?

André de Freitas Dutra: O ideal é que, na formação inicial, os cursos de licenciatura e pedagogia já tratassem desses temas. Entretanto, sabemos que essa é uma preocupação mais recente na sociedade, e mesmo no meio acadêmico, que sofre resistência de parte do professorado. Cabe à formação em serviço um papel muito importante nesse aspecto. Nesse caso, várias universidades, sindicatos de profissionais da educação e ONGs têm promovido debates, encontros e cursos e utilizado a internet para difundi-los e que podem ser utilizados pela coordenação pedagógica da unidade como base para os espaços de formação docente. Também há bons livros sendo publicados sobre os temas que envolvem gênero e sexualidade na educação. É necessário levar em conta a etapa de ensino que a unidade atende. Na educação infantil, por exemplo, há a discussão sobre hábitos docentes que são bastante sutis e que implicam a valoração e distinção entre gêneros, como as cores dos objetos e os tipos de brinquedos que são oferecidos às crianças. Já nos ensinos fundamental e médio, é comum que questões mais explícitas, ligadas à construção das identidades, estejam presentes nas demandas educativas apresentadas por adolescentes e jovens.

André de Freitas Dutra

Dialogia: Que mensagem você enviaria para os educadores e gestores em exercício? E para os jovens?

André de Freitas Dutra: Para quem está nas salas de aula e para quem está na gestão, acredito na mesma mensagem: buscar a união e o estudo. As temáticas de gênero e sexualidade, dado suas complexidades, já demandam a necessidade de atualização constante de nós que temos a tarefa de educar. Com os questionamentos advindos de setores conservadores, é mais urgente que saibamos mais sobre o tema, inclusive para podermos justificar e consolidar as práticas educativas em curso na unidade. E, para dar certo, também é imprescindível a convergência da equipe gestora e dos professores apoiando o desenvolvimento dessas ações e buscando o envolvimento da comunidade escolar. Quanto a jovens, penso que temos muito a agradecer àquelas e àqueles que estão sentados em nossos bancos escolares. Elas e eles têm nos ensinado muito. Boa parte da demanda por formação, que docentes e gestões escolares pedem, vem, justamente, dos desejos por aprender mais sobre o tema que surgem de estudantes. Estamos conhecendo uma geração de jovens que se informam e que não têm medo de se posicionar.

Dialogia: Você gostaria de apontar aspectos que não foram contemplados nas perguntas anteriores?

Sobre gênero e sexualidade, sempre há algo que possa ser dito, mas acredito que traçamos um bom panorama.

Obrigada!

Recebido em: 08 jun. 2022 / Aprovado em: 08 jun. 2022

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. Gênero e sexualidade na educação escolar. Entrevistado: André de Freitas Dutra. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-5, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/n41.2022.22326>.

American Psychological Association (APA)

Vercelli, L., de. C. A., & Terçariol, A. A. de L. (2022, maio/ago.). Gênero e sexualidade na educação escolar. Entrevistado: André de Freitas Dutra. *Dialogia*, São Paulo, n. 41, p. 1-5. <https://doi.org/10.5585/n41.2022.22326>.